

Policiais suspeitos de receber R\$ 2,35 milhões para não apreender cargas são alvo de ação do MP

Category: BRASIL,GERAL

escrito por Maria Luiza | 29 de agosto de 2026



A Operação Merx, deflagrada pela Corregedoria da Polícia Civil e pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP) nesta sexta-feira, 28, prendeu quatro policiais civis suspeitos de integrar um esquema de propinas. Eles são acusados de exigir valores para não apreender mercadorias oriundas de descaminho no estado. Os policiais Bruno Moreno dos Santos, José Adriano Pereira da Silva Nishi, Marcos Vinicius de Souza Melo e Vagner Ramalho tiveram a prisão preventiva decretada. O investigador Vagner de Lima foi afastado do cargo.

Além dos policiais, a operação também mira Sidiclei da Costa Almeida, apontado como intermediador das tratativas, e Jonathan Renan Vieira e Thiago Marcel Magnabosco, supostos responsáveis pelo pagamento dos valores. Segundo as investigações, o montante total das propinas pagas aos policiais soma R\$ 2,35 milhões.

As investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) identificaram transferências financeiras destinadas à empresa Rivieira Soluções em Tecnologias Ltda. e a terceiros. Estas pessoas e a empresa

seriam utilizadas como interpostas para receber e ocultar os valores ilícitos pagos aos agentes públicos.

Escopo da Operação e Bloqueio de Bens

Na manhã desta sexta-feira, foram cumpridos mandados de busca e apreensão em diversos endereços nos estados de São Paulo, Paraná e Goiás. Unidades policiais, como as delegacias de Santana de Parnaíba e Embu das Artes, além do 2º Distrito Policial de Cotia, na Grande São Paulo, também foram alvos. A Justiça determinou o sequestro e o bloqueio de bens dos suspeitos, totalizando até R\$ 4 milhões.

Modus Operandi do Esquema

A representação da investigação descreve ao menos quatro episódios onde cargas de aparelhos eletrônicos, provenientes de descaminho, teriam sido interceptadas por policiais civis. Posteriormente, as mercadorias eram liberadas, total ou parcialmente, mediante o pagamento de vantagens indevidas. Os valores cobrados, conforme a investigação, correspondiam a aproximadamente 70% do valor estimado dos bens.

Fonte: oliberal e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
29/08/2026/07:28:54

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)

- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

[Como uma VPN protege os seus dados numa rede Wi-Fi pública?](#)